



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| | | | |
|--|-------------------------------|--------------------------|--------------------|
| CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES | | | |
| EVENTO: Reunião Ordinária | REUNIÃO Nº: 1.107/2015 | DATA: 7/7/2015 | |
| LOCAL: Plenário 13 das Comissões | INÍCIO: 16h16min | TÉRMINO: 18h36min | PÁGINAS: 50 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos. Leitura do parecer final.

OBSERVAÇÕES

O parecer da Relatora, Deputada Rosângela Gomes, não foi lido na íntegra. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Uma boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Expediente.

Comunico que foram indicados para fazer parte desta Comissão a Deputada Bruna Furlan, do PSDB de São Paulo, e o Deputado Josias Gomes, do PT da Bahia. Parece-me que o Deputado Davidson se afastou para assumir a Secretaria de Estado, não é isso? E o Deputado Josias Gomes assume aqui como titular, no lugar do Deputado Davidson Magalhães.

Vamos passar à Ordem do Dia.

Requerimentos.

Temos um requerimento do Sr. Deputado Damião Feliciano.

Submeto à apreciação da Comissão os seguintes requerimentos:

Requerimento de nº 105, de 2015, do Sr. Damião Feliciano, que *“requer a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para discutir o racismo com a Comissão Parlamentar dos Estados Unidos da América. É do interesse do Brasil um intercâmbio de ideias em favor da igualdade e da justiça contra o racismo e a intolerância”*.

Então, como o Deputado Damião Feliciano não está presente, passo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, acho importante, se pudéssemos acrescentar, que esta CPI possa criar uma comissão para acompanhar os encaminhamentos posteriores dessa comissão. É importante que nós tenhamos essa comissão não apenas para identificar o racismo numa comissão parlamentar dos Estados Unidos, mas que também seja responsável para acompanhar o processo de encaminhamento depois da votação do parecer. Muitas vezes, perde-se muita coisa porque ficamos esperando o Ministério Público dos Estados fazerem as denúncias; muitas vezes alguns temas precisam ser continuamente investigados.



Então, nesse sentido, sou favorável ao requerimento, acrescentando que essa comissão parlamentar seja responsável pelo acompanhamento daquilo que vai acontecer após a conclusão desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Acho que a sugestão do nobre Deputado Luiz Couto é muito importante. Há CPIs que trilharam este caminho: após a aprovação de relatório, criaram uma comissão com prazo determinado. Acho que é o caso da Comissão das Mulheres, não é isso?

Com a palavra a Deputada Luizianne Lins.

A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS - Sr. Presidente, Sra. Relatora, acho uma excelente ideia, até porque está provado que essa é uma questão que exige um acompanhamento mesmo.

Eu faço parte da Comissão Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher — uma Comissão Mista da Câmara e do Senado —, que foi um desdobramento da CPMI. A proposta da CPMI, dentro do seu próprio relatório, era a de que funcionaria por, no mínimo, quatro Legislaturas subsequentes. Portanto, temos uma comissão permanente, que vai durar pelo menos 16 anos, quatro legislaturas, e, se for o caso, ela mesma pode se prorrogar por mais um período. Isso é fundamental para dar desdobramento, porque não é uma questão que acaba hoje.

Então, eu queria trazer a experiência da relatoria. Hoje mesmo, como Relatora, apresentei o relatório de um plano de trabalho dessa comissão para 2015. Acho que a Deputada Rosângela poderia pensar nisso, ou seja, em já apontar essa comissão.

Aproveito a oportunidade para parabenizar esta Comissão pelo trabalho. Sou suplente, tive poucas oportunidades de estar aqui — duas ou três vezes —, mas sempre torcendo pelo êxito desta CPI. Quero parabenizar a Comissão pela seriedade, dedicação e condução dos trabalhos.

Acho que não só nós, do Parlamento, mas o Brasil hoje, os jovens brasileiros, independente de sua raça, agradecem aos membros desta Comissão, em especial ao Presidente e à Relatora, pelo trabalho que têm sido feito por V.Exas. Esta Comissão é um exemplo para toda a Casa e para o Brasil.



Vamos hoje lidar com outro patamar nessa questão dos pobres e negros no Brasil e, principalmente, esses jovens que são vítimas dessa violência.

Parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A partir da sugestão do Deputado Luiz Couto, corroborada pela intervenção da Deputada Luizianne Lins... Vamos ter de encaminhar no formato de voto complementar, não é isso? Não sei se o melhor caminho seria um projeto de resolução — pode ser, né? — propondo criar essa Comissão Permanente de Enfrentamento à Violência Contra Jovens Negros. Poderíamos criá-la por três Legislaturas, porque nós teríamos 2 anos para mobilizar as Câmaras e Assembleias para criarem seus planos de enfrentamento a homicídio e acompanhar o plano nacional.

Eu acho que é uma ótima sugestão do Deputado Luiz Couto e da Deputada Luizianne Lins, mas precisaríamos encaminhar em formato de projeto, não sei se um projeto de resolução da própria CPI, para tramitação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A proposta pode ser acatada pela Relatora, que pode fazer constar, inclusive, do relatório a criação de uma comissão especial com a representação dos membros da CPI, para que se possa acompanhar todo o processo após o período da aprovação do relatório. É preciso acompanhar a implementação. Então, é mais ou menos isso. Ela pode fazer constar do seu relatório.

Como ainda faltam duas audiências e vamos ouvir o relatório, com certeza, vamos pedir vistas a fim de termos mais tempo para que, na próxima semana, tenhamos relatório completo e possamos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bem, então, vamos trilhar o caminho da CPMI que tratou da violência contra as mulheres, vamos propor o mesmo instrumento legislativo para que possamos criar essa comissão por três legislaturas, que são 12 anos, acho que é razoável. Por três legislaturas porque o plano é feito de 10 em 10 anos, então teríamos 2 anos de mobilização para aprovar o plano nacional. Espero que seja mais rápido, mas tem-se de mobilizar as Assembleias, as Câmaras, e isso não pode ser feito pelos membros. Vai ter de ser constituída uma comissão com a proporcionalidade do Parlamento.



Em relação ao requerimento que V.Exa. subscreve, do Sr. Deputado Damião Feliciano, submeto à votação. É o requerimento...

Nós já votamos aqui uma comissão que vai à OEA, à Comissão de Direitos Humanos, entregar o relatório final da CPI. Mas essa é uma comissão diferente, acho que é outra comissão.

Então, encaminho o Requerimento nº 105, de 2015, do Sr. Deputado Damião Feliciano, subscrito pelo Deputado Luiz Couto, para apreciação.

Os Deputados que concordam...

Com a palavra, o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu queria entender, que ficasse mais claro, porque, pelo menos na ementa do requerimento, não está claro o propósito dessa comissão. Seria uma comissão na forma de uma diligência, de um encontro? Não está claro. Que ela deseja discutir as questões raciais, os pontos de convergência e divergência em relação à questão racial nos Estados Unidos e no Brasil, para mim, isto ficou claro. Agora, gostaria que o autor explicasse como vai se dar essa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O autor do requerimento é o Deputado Damião Feliciano, e ele foi subscrito pelo Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pelo que eu vi aqui, Jean, é um intercâmbio Brasil-Estados Unidos no sentido de discutir a igualdade e a justiça na luta contra o racismo e a intolerância. Então, nesse sentido, seria depois constituída uma comissão, que estaria entrando em contato como Parlamento dos Estados Unidos, para discutir em favor da igualdade e da justiça e contra o racismo e a intolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, em processo de votação, passemos à...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Gostei do jeito que V.Exa. conduziu a negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Essa foi boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, passamos à votação.



As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 107, de 2015, da Sra. Deputada Benedita da Silva...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Vou subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - ... que *“solicita seja encaminhado Relatório Final desta CPI aos organismos que menciona.”*

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Posso dizer quais são os mecanismos, se V.Exa. desejar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu acho que pulei um aqui. Espere.

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Subscrito também pela Deputada Luizianne Lins. Então, vou passar...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu já assino junto com ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É só para elencar quais os organismos para os quais devemos enviar o relatório da CPI, que é a Corte Interamericana dos Direitos Humanos da OEA, Presidência da República, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça, Presidência da Câmara dos Deputados, Presidência do Senado Federal, Procuradoria-Geral da República, Governos dos Estados e Prefeituras das Capitais, Secretarias de Seguranças desses mesmos Estados, Ministério Público Federal, Anistia Internacional, Justiça Global e Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu vi também ali que o requerimento solicita a impressão de 10 mil exemplares para distribuir para as Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas. Não é isso?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, está em apreciação também...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - A publicação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - ... a publicação no requerimento.

Com a palavra a Deputada Luizianne Lins.

A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS - Gostaria de subscrever o requerimento dos Deputados Luiz Couto e Damião Feliciano e da Deputada Benedita da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Está acatada a subscrição do requerimento da Deputada Benedita da Silva pelos Deputados Jean Wyllys e Reginaldo Lopes.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, concordo até que seja encaminhado aos órgãos todos, desde que o relatório seja aprovado. Se não passar...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas, Deputado Edson, a gente só encaminha o que é aprovado. A gente não vai encaminhar um relatório que não foi aprovado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Exatamente, mas eu já estou me prevenindo. Cautela e canja de galinha não fazem mal a ninguém.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Isso não existe, Deputado. Só se encaminha relatório aprovado. O relatório pode ter uma página. Será esse o encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.? Mais algum Deputado deseja se manifestar? Deputada Conceição Sampaio e Dr. Jorge Silva?

Consulto algum Deputado que deseja encaminhar contra a matéria. *(Pausa.)*

Passamos à votação.

Em votação do Requerimento nº 107, de 2015, dos Deputados Benedita da Silva, Jean Wyllys, Reginaldo Lopes, subscrito pela Deputada Luizianne Lins e pelo Deputado Luiz Couto.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 107/2015.

Então, vamos ao próximo item da pauta, que é o relatório.

Passaremos à leitura do relatório final da Comissão, elaborado pela Deputada Rosângela Gomes, Relatora desta CPI. Após a apresentação do relatório, abrirei a palavra aos Deputados que queiram discutir a matéria. Os membros da Comissão poderão falar uma única vez por 15 minutos e os não membros por até 10 minutos, de acordo com a ordem de inscrição. Até o anúncio da votação, fica franqueada a apresentação de destaques supressivos.

Com a palavra a Deputada Rosângela Gomes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vamos começar a guerra.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa tarde a todos e todas. Cumprimento o Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, todos os Deputados que aqui estão presentes, os senhores e as senhoras.

“Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os homicídios contra jovens negros e pobres.

Criada em 4 de março de 2015 para apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, mortes e desaparecimentos de jovens negros e pobres no Brasil.

Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; 1º Vice-Presidente, Deputado Orlando Silva; 2º Vice-Presidente, Deputada Mariana Carvalho; 3º Vice-Presidente, Deputado Wilson Filho; Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

Deste relatório final constam: 1 - Introdução; 2 - A Cultura da Violência e Morte de Jovens Negros e Pobres no Brasil; 3 - Desamparo do Estado: a insuficiência das polícias públicas nos territórios de moradia da população negra e pobre; 4 - Racismo; 5 - Racismo Institucional; 6 - Genocídio, Extermínio e Exclusão: as raízes da violência contra a população negra no Brasil; 7 - Dos Autos de Resistência; 8 - A redução da maioria penal e o seu devastador efeito na população negra e pobre; 9 - Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens; 10 - Fundo Nacional para Promoção da Igualdade Racial; 11 -



Aperfeiçoamento Institucional das Forças de Segurança Pública: 11.1 - Os militares estaduais devem deixar de ser Força Auxiliar do Exército; 11.2 - Polícia estadual única, desmilitarizada e de ciclo completo; 11.3 - Sistema Único de Segurança Pública; 11.4 - Perícia oficial independente; 11.5 - Órgão de correição das polícias; 12 - Deslocamento de competência; 13 - Conclusões e recomendações; proposições da Comissão.”

Quero ainda falar que esta Relatoria já pediu para providenciar cópias para todos os Srs. e Sras. Deputados aqui presentes.

Volto à leitura:

“Introdução

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada, em 4 de março de 2015, para *“apurar, no prazo de 120 dias, as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil”*, sem prejuízo da apuração/investigação de fatos que se ligam ao objeto principal, notadamente na seara dos Direitos Humanos.

Com essa finalidade, foi estabelecido um plano de trabalho que abrangeu cinco eixos:

Oitiva das vítimas, das testemunhas e dos familiares de atos de violência contra jovens negros e pobres;

Oitiva de representantes de organizações e movimentos sociais relacionados ao tema de investigação da CPI;

Oitiva de atores governamentais dos três Poderes e dos entes federados;

Oitiva de acadêmicos, cientistas sociais e estudiosos do tema;

Sugestões para legislação.

Desde o dia 26 de março de 2015, uma quantidade significativa de atividades foi desenvolvida com o objetivo de levantar propostas que possam causar impacto relevante na redução de homicídios de negros e pobres no Brasil.

Para subsidiar as propostas consubstanciadas neste relatório, foram realizadas:

Audiências públicas em reuniões ordinárias da Comissão, onde mais de 310 representantes dos movimentos sociais, especialistas, acadêmicos e autoridades governamentais puderam deixar as suas contribuições;



Reuniões da Comissão nos Estados, incluindo a realização de diligências.

Um esforço considerável foi realizado para desdobrar essas atividades em um modelo que permitisse a escuta de todos os interessados no tema: vítimas; seus familiares; autoridades federais, municipais e estaduais; profissionais da segurança pública e todos aqueles que, de alguma forma, tiveram a disposição para colaborar. Com essa finalidade, as portas desta Comissão sempre estiveram abertas.

Em um primeiro momento, a Comissão precisava conhecer o que estava ocorrendo pelo País em relação à violência praticada contra jovens negros e pobres, motivo pelo qual foi extremamente importante ouvir os representantes dos movimentos sociais, as autoridades, os acadêmicos e, principalmente, as vítimas, seus familiares e os representantes das comunidades nas quais a violência se faz presente.

O objetivo das atividades nos Estados foi aprofundar o contato da Comissão com a realidade enfrentada pelas pessoas nas comunidades mais pobres. Além disso, serviram para compartilhar a responsabilidade com todos os membros e permitir uma escuta ativa da maior quantidade possível de atores, nos mais variados recantos do País. Nessas oportunidades, foi possível ouvir a população e tomar contato direto com os problemas enfrentados pelas comunidades.

Ao vislumbramos o final desse trabalho, resta a percepção de que muito resta a ser realizado. É notável a falta de sistematização e de organização, em nível nacional, das políticas públicas que deveriam estar disponíveis nos territórios onde mais pode ser observado o fenômeno da violência contra jovens negros e pobres.

Este relatório preliminar foi, portanto, preparado para sintetizar a imensa quantidade de informação que chegou à Comissão.

A cultura da violência e a morte de jovens negros e pobres no Brasil” — esse é o eixo 2.

“O fenômeno de homicídios que vitimiza a juventude negra é um dos problemas atuais mais desafiadores para a agenda de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, esta CPI buscou investigar, apurar e propor legislação, a partir da análise dos índices de violência letal que colocam a sociedade, e mais especialmente a população negra, em condições de vulnerabilidade.



No Brasil, mais de um milhão de pessoas foram vítimas de assassinato entre 1980 e 2010. Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos, atingindo majoritariamente jovens negros do sexo masculino, de baixa escolaridade, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Diante desse quadro, vários segmentos da sociedade brasileira têm reivindicado uma ação vigorosa do Poder Legislativo com vistas a conter essa violência.

A pesquisa intitulada *Estudo Global sobre Homicídios 2013*, desenvolvida pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, indica que 437 mil pessoas em todo o mundo perderam a vida em 2012, como resultado de homicídio doloso, sendo que mais da metade das vítimas desses homicídios tinham menos de 30 anos de idade.

Nesta pesquisa, o Brasil ocupa um lugar de destaque no *ranking* dos países mais violentos do mundo, sendo o país que tem 11 das 30 cidades mais violentas do mundo. A pesquisa indica, ainda, que Maceió, em Alagoas, é a quinta cidade mais perigosa do mundo.

De acordo com esse estudo, a taxa média de homicídios global é de 6,2 por 100 mil habitantes, sendo que a média na Europa é de 5 homicídios para cada 100 mil habitantes. Contudo, a taxa média de homicídios do Brasil está próxima de 30 vítimas para cada 100 mil pessoas, um dos indicadores mais altos do mundo, que pode ser considerado epidêmico pela Organização Mundial da Saúde.

Os homicídios no Brasil têm chamado a atenção da sociedade e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, haja vista que essas estatísticas ocupam espaço de destaque na agenda política e social do País.”

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Pela ordem, Presidente. Eu queria acompanhar isso aí, essa base de dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos distribuir. A cópia do relatório está chegando.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Está com a palavra a Relatora.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Continuo:



“Diferentes análises sobre essa situação destacam a necessidade de ações do Estado para combater a violência e diminuir o número de homicídios, sobretudo porque a consequência dessa mortalidade vai além da perda de vidas humanas, pois cria um cenário de medo e incertezas para toda a sociedade brasileira, colaborando também para a desestruturação de inúmeras famílias. Além disso, esse quadro de violência traz prejuízos ao próprio desenvolvimento do País. A violência e o homicídio dos jovens negros, em particular, tem um custo para as políticas públicas que não pode ser ignorado.

De acordo com o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde — SIM/DATASUS, entre 2001 e 2011, ocorreram 547.490 homicídios, vitimando 188.378 pessoas brancas — 34,4% do total — e 354.435 pessoas negras — 64,7% do total. Entre 2008 e 2011, ocorreram 206.005 homicídios. Isso significa que a média anual é de 51,5 mil ou 141 homicídios diários. Observe-se que os 62 maiores conflitos armados do planeta causaram, entre 2004 e 2007, um total de 208.349 mortes diretas.

Ainda de acordo com o SIM/DATASUS, mais da metade — 53,3% — dos 52.198 mortos por homicídios, em 2011, no Brasil eram jovens, dos quais 71% eram negros, pretos e pardos, e 93% do sexo masculino. O Balanço de Gestão da Secretaria Nacional de Justiça cita dados de 2012, assim, em 2012, morreram 56.337 pessoas vítimas de homicídio, sendo 30.072 jovens — 53,4% do total. Destes jovens, 71,5% eram negros e 93,4% eram do sexo masculino.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas — IPEA, em 2007, desenvolveu um estudo intitulado *Custos das Mortes por Causas Externas no Brasil*, cujo objetivo foi apurar os custos diretos e indiretos das mortes por causas externas no País.

O estudo combinou a base de dados de renda do IBGE, utilizando a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio — PNAD, o Sistema de Informações de Mortalidade — SIM e a base de dados de óbitos do Ministério da Saúde para demonstrar que cada vítima fatal, além da perda da vida, implica prejuízo de investimento em capital humano e perda de capacidade produtiva do País, pois milhares de jovens são assassinados na fase produtiva da vida.



O IPEA, em 2013, também divulgou o estudo *Violência letal no Brasil e vitimização da população negra: qual tem sido o papel das polícias e do Estado?*, no qual confirma a grande desigualdade entre brancos e negros na abordagem praticada pelos policiais. De acordo com essa pesquisa, a desigualdade é explicitada pela diferença entre os números de homicídios entre a população branca e negra e pela possibilidade 3,7 vezes maior de um adolescente negro ser vítima de homicídio do que a de um branco.

Conforme aponta Soares, que utilizou dados do SIM/DATASUS/MS sobre os índices de homicídios em Minas Gerais, a raça/cor preta ou parda aumenta a probabilidade de vitimização por homicídio, mesmo controlando por sexo, idade, escolaridade ou estado civil. O autor conclui que o risco de vitimização por homicídio em Minas Gerais estava longe de ser aleatório, pois o risco era substantivamente superior para homens, jovens, solteiros e não brancos.

Desamparo do Estado: a insuficiência das políticas públicas nos territórios de moradia da população negra e pobre.

Um dos temas mais tratados nas audiências públicas nas comunidades foi a quase inexistência de políticas públicas básicas nos territórios onde a maior parte da população é negra e pobre. Estamos tratando de educação, de oferta do nível mais básico de saúde e de segurança pública cidadã.

Nas palavras do Sr. Zen Ferreira, morador da comunidade do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro:

‘Então, eu peço encarecidamente à bancada: a comunidade tem que ser respeitada, porque todo o mundo aqui tem direito de ter o melhor, de ter oportunidade. Foram 30 anos de abandono desta comunidade. Por 30 anos o poder público nos deu as costas. Esta comunidade não vai se transformar da noite para o dia. Falta muita coisa para ser colocada, implantada. O povo daqui necessita de liberdade, oportunidade de estudar.

É o que a gente vê na televisão: quando acaba, os verdadeiros vão para casa de pulseirinha construir os



seus milhões, e o povo daqui necessita de saúde. O hospital é precário. Não venha me dizer que a Clínica da Família ou a UPA têm dentista, porque não têm. É o meu projeto que faz isso aqui. Eu provo que não tem. Não tem! Tem auxiliar.'

O depoente trata da ausência de escolas, de hospitais e de profissionais para a prestação de serviços mais básicos. Na mesma direção, se estrutura o depoimento do Sr. Luiz Fernandez, ocorrido na mesma oportunidade. Diz o depoente:

'Bom dia. Acho que todo mundo está pensando o mesmo que eu: a gente está aqui há 4 horas, mais ou menos, ouvindo falar única e exclusivamente de polícia, como se fosse a presença ou não dela resolver tudo que tem de errado no Complexo do Alemão. Só que a galera que morreu no Complexo do Alemão nos últimos 30 anos, seja por traficante, pela polícia, seja por quem for, não é a que morre em um dia no Sistema Único de Saúde. Aqui a gente tem duas Clínicas da Família, uma UPA, e não tem nem 20 médicos atuando nesses lugares todos. Não tem 20, sendo que a Organização Mundial da Saúde diz que tem que ter um médico para cada mil habitantes. São 150 mil na favela. Não tem! Aí, o pessoal vai falar que é porque o garoto entrou para o tráfico, sei lá.

Minha postura com relação à UPP é uma, muita gente aqui sabe, e eu sou criticado a respeito disso. Não acho que ela estar ou não estar faça tanta diferença. Prefiro que ela esteja, mas se ela não estiver, a vida vai ser como sempre foi. Sabe por quê? Em 2009, no Leblon, a renda per capita era de 4.500 reais por mês, e aqui na favela era de 176 reais. O que acontece? Se eu for abrir uma empresa, não vou abrir no Complexo, porque eu não tenho como pagar 40% de imposto na favela do mesmo jeito que um cara paga 40% de imposto no Leblon. Eu



nunca vi ninguém questionar a taxa que é cobrada aqui. Por que não se cria uma área social de arrecadação? Na favela, o cara tem que pagar menos imposto, se ele empregar na favela e se ele mantiver sua atividade na favela. Se todo mundo trabalhar, dificilmente a galera vai entrar para o tráfico. Outra coisa, o pessoal da Secretaria de Educação disse que vai pensar, vai ver o que vai fazer. Ora, a gente tem uma solução bem simples. Eu represento um grupo de moradores que é a favor da UPP e que faz trabalho voluntário aqui no Complexo há um bom tempo. A gente já deu aula aqui, Tânia deve saber. A gente deu aula com Rafael Espindola. A gente ficou 3 anos sem luz aqui. A gente dava aula aqui à noite, no meio do tiroteio, sem luz: mais de 100 crianças e dois professores. Não tinha como Tânia trocar lâmpada. Ninguém ajudou. Ninguém veio ajudar.'

A CPI encontrou o mesmo depoimento que aponta para a insuficiência das políticas públicas em diversos locais no território. Outra voz que se levantou, para denunciar o descaso do Estado com a população negra, pobre e periférica, foi a da Sra. Cláudia Aniceto Caetano Petuba, ouvida pela CPI no dia 18 de maio. Outra voz que se levantou, em Alagoas, no dia 18 de maio para destacar a importância das políticas públicas para a redução da violência foi a Sra. Maria José da Silva, que se pronunciou da seguinte forma:

'Não tenho dúvidas de que o investimento em políticas públicas seja um fator fundamental para desacelerar a violência que vitima jovens pobres e negros em nosso Brasil, e principalmente em Alagoas. Investir em educação, em emprego, em lazer, em esporte, em cultura, em saúde e em segurança pública se faz mais do que necessário, se faz obrigatório. Porém, investir em segurança pública não quer dizer aumentar o efetivo policial, porque aumentar o efetivo policial é garantir a



matança de jovens, infelizmente, jovens pobres e negros. É necessário, primeiro, ouvir os jovens, saber quais são as suas aspirações pessoais, qual o melhor para o coletivo e tentar remediar o que aparentemente não tem mais remédio, pois é isso que a elite, parte do poder público e a grande mídia passam para a sociedade: que não se pode mais mudar esse quadro. E a sociedade, por sua vez, reforça a perversidade do patriarcado, aplaudindo a eliminação da juventude pobre e negra. Tudo que vem acontecendo não passa de uma questão de classe e de raça, e a classe dominante requerendo o extermínio dos pobres e dos negros, pois matando jovens, elimina-se a classe e a raça indesejadas pelos poderosos.'

Em sua participação na audiência pública ocorrida no dia 23 de abril, o Sr. Marcelo Batista Nery destaca não somente a falta das políticas públicas de saúde, educação e até de segurança pública, mas também um aspecto ainda mais perverso: a falta de avaliação daquilo que se está oferecendo à população. Em suas palavras:

'Falaram da falha de políticas públicas. Sinceramente, nem disso dá para falar direito no Brasil. Por quê? Porque a gente não faz a avaliação de política pública. Funcionou? Foi feita uma avaliação dela? Não sei o quanto ela funcionou. Isso é um grave problema. Têm que ser avaliadas as políticas públicas que são aplicadas e que estão em andamento.'

Esse é um aspecto de extrema importância, pois a política pública que não é avaliada não pode ser redirecionada. Muitos recursos são empregados em programas, projetos e ações cujos resultados são duvidosos. Pior que a ausência de políticas públicas é a sua presença formal. É o posto de saúde sem material ou sem profissionais suficientes para dar conta da demanda da população.



Dessa forma, a CPI denuncia o vínculo indissolúvel entre a ausência das mais básicas políticas públicas como saúde, educação e a ocorrência da violência nos territórios onde se encontram as populações negras e pobres.

Racismo.

A vergonhosa quantidade de mortes dos afrodescendentes é o sintoma mais agudo de uma patologia social que sangra a dignidade brasileira, o racismo. Tal qual o mito da cordialidade, a ideia de que o nosso País vive uma democracia racial não resiste a uma análise séria. Um dos nossos maiores antropólogos destacou que o processo de formação do povo brasileiro, que se fez pelo entrecchoque de seus contingentes índios, negros e brancos, foi altamente conflitivo. Assim, *'pode-se afirmar, mesmo, que vivemos praticamente em estado de guerra latente, que, por vezes, e com frequência, se torna cruento, sangrento'*.

Por seu turno, o Prof. Boaventura de Sousa Santos, em aula na Universidade de Brasília, afirmou que o racismo no Brasil é tão inteligente, e, acrescentamos, insidioso, que convence a alguns que ele sequer existe. Todavia, infelizmente, tal praga está na raiz do objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para entender a gênese do racismo, que impregna nossa sociedade como um todo, capilarizando-se pelas artérias das instituições, é preciso recuperar a maneira pela qual nosso povo se formou.

Quando o colonizador europeu invadiu o Brasil, ludibriou as diversas nações indígenas que povoavam o território. Na ocasião, foi utilizada toda sorte de quinquilharias para seduzir os habitantes desta terra. Por meio do cunhadismo, foram engravidando nossas índias, estabelecendo laços para a dominação, estimulando as disputas entre as diversas etnias que aqui existiam. Depois, da fraude partiu-se para a mais franca violência mediante a escravização dos índios.”

Estamos na página 16, para quem já tem cópia...

“Não bastasse a barbárie praticada contra a população indígena que, de 5 milhões caiu para apenas 1 milhão, graças às pestes trazidas da Europa, às guerras e à escravidão...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Página 18...

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - ...o colonizador expandiu sua sanha enriquecedora por meio da exploração de negros.”



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Página 18. Não é a 16, não.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Página 16.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Para mim está na página 18.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos garantir a leitura do parecer. Depois nós vamos garantir a fala aos Deputados.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Confirme, por favor.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS- Página 16.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Deixem-no confirmar, só para não haver dúvida.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - No parecer virtual está na página 16... No impresso está...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Ele está certo, é página 18. No virtual é 16, pessoal. *(Pausa.)*

Página 18.

“Darcy Ribeiro nos lembra que da condição de escravo só se saíria pela porta da morte ou da fuga. Haveria, então, portas estreitas, pelas quais, entretanto, muitos índios e negros saíram, seja pela fuga voluntarista do suicídio, que era muito frequente, ou da fuga, mais frequente ainda, que era tão temerária, porque quase sempre resultava mortal. Tinham como vida ativa de trabalho apenas de 7 a 10 anos. Seu destino era morrer de estafa, que era sua morte natural. Uma vez desgastado, podia até ser alforriado por imprestável, para que o senhor não tivesse que alimentar um inútil. Semanalmente vinha castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga, e, quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo de seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no pelourinho.

E arrematou o autor:

‘Nenhum povo que passe por isso como sua rotina de vida, através dos séculos, saíria dela sem ficar



marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. (...) A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará força, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária.'

A cada ciclo econômico, sucederam-se modos de 'gastar' os escravos, que viviam para produzir mercadorias que jamais consumiriam. O Brasil foi se desenvolvendo, tornando cada vez mais sofisticada a maneira pela qual se materializava a exploração daquelas faixas da população consideradas quando não mera rés, seres inferiores, instrumentalizados para a acumulação de riqueza.

Ao racismo material soma-se o racismo simbólico, pelo qual a gente negra se torna invisível. Apesar de representar significativa camada da população e do mercado consumidor...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente — desculpe, Deputada Rosangela —, peço a palavra pela ordem.

Eu queria poupar a Relatora de ter que ler este relatório todinho aqui, já que nós temos cópias em mãos. Estamos com o relatório aqui e já fizemos um acordo de trabalho. Vamos pedir vista para fazer as eventuais alterações, que S.Exa. poderá acatar ou não. Vamos debater o relatório.

Então, eu queria poupar a Relatora da tarefa inglória de ter que ler o relatório inteiro, já que nós estamos lendo aqui. Se S.Exa. e se o Presidente acatarem essa sugestão... Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Se houver a concordância da Relatora, ela poderia ler o resumo dos principais projetos de lei.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Pode ser.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - As conclusões, não o resumo, desculpe.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim, a conclusão.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Vamos ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Como nós vamos debater o relatório e vai haver pedido de vista coletivo, vários Deputados vão apresentar encaminhamentos. Acho que talvez seja interessante por causa da agenda da Câmara no dia de hoje.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Da minha parte, não há óbice algum, não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então a Relatora poderia passar para as conclusões, para os PLs e as PECs.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Que ótimo. Citá-los, sem entrar nos detalhes também, senão...

Aqui: "Conclusões e recomendações", na página 60, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.

Na página 60, "Conclusões e recomendações".

Então acho que a Relatora...

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Em concordância, então, com o Plenário, atendendo ao pedido, à solicitação do Deputado Jean Wyllys, passamos às conclusões e recomendações.

"A Comissão, com a finalidade de agir dentro das suas atribuições, em nome das vítimas e dos seus familiares, traz recomendações sobre uma série de providências legislativas que visam ao aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro, com vista ao efetivo enfrentamento do homicídio de jovens negros e pobres. Cada uma delas foi anteriormente detalhada. Algumas são de autoria da CPI, outras são proposições já em tramitação, que, por questão de economia processual, entende-se vantajoso apoiar textos que já se encontram em estado avançado de tramitação. São elas:

a) Projetos de lei que estabelecem:

- o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, de autoria da CPI;



- o uso controlado da força pelos órgãos de segurança pública, de autoria da CPI;
 - o aperfeiçoamento do controle externo da Polícia pelo Ministério Público, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1940, Código de Processo Penal;
 - a organização do Sistema Único de Segurança Pública, recomendando-se a adoção da proposta apresentada pelo Deputado Major Olimpio, a partir da análise dos PLs nºs 3.734, de 2012, e 6.666, de 2002, na Comissão Especial que trata da elaboração da Lei Orgânica da Segurança Pública;
 - o fim da elaboração de autos de resistência e a adoção de medidas rigorosas de investigação dos crimes cometidos contra a vida, recomendando-se a aprovação imediata do PL nº 4.471, de 2012;
- b) Propostas de Emenda à Constituição que:
- concedam à União competência para legislar sobre norma geral em matéria de segurança pública, incluindo a produção de dados criminais e prisionais, a gestão do conhecimento e a formação dos profissionais, e para a criação e o funcionamento, nos órgãos de segurança pública, de mecanismos de participação social e promoção da transparência;
 - dá nova organização à perícia oficial, recomendando-se a apreciação da PEC nº 325, de 2009;
 - cria o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, recomendando-se a apreciação da PEC nº 2, de 2006, que tramita no Senado;
 - cria órgão de correição da atividade policial, recomendando-se a apreciação da PEC nº 381, de 2009;
 - estabelece a possibilidade da criação de polícias estaduais únicas, desmilitarizadas e de ciclo completo, recomendando-se a apreciação da PEC 102, de 2011, que tramita no Senado;
 - desvincula os militares estaduais de constituírem Força Auxiliar do Exército, recomendando-se a apreciação da PEC nº 56, de 2015, de autoria do Deputado Cabo Sabino e que tramita nesta Casa;
 - atribui à Polícia Federal a apuração de crimes praticados por milícias privadas e grupos de extermínio, bem como para conferir à Justiça Federal a



competência para o processamento e julgamento desses crimes. Proposição de autoria da CPI.

Além dessa ação proativa da Comissão no que diz respeito à apresentação de proposições, é necessário reafirmar alguns importantes aspectos sustentados durante toda a exposição do relatório.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Relatora, só corroborando, a partir da intervenção do Deputado Luiz Couto e da Deputada Luizianne Lins, o projeto de resolução que cria a Comissão para acompanhamento da implantação do Plano Nacional de Homicídios por três legislaturas. Então queria que V.Exa. pudesse registrar isso. E, na complementação de voto, se for acatado por V.Exa. esse encaminhamento do Deputado Luiz Couto e da Deputada Luizianne Lins...

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Da minha parte não há óbice.

Continuo. “O povo brasileiro, desde sua origem, caracteriza-se pela colocação do não-branco como inferior. Tal funesta ideologia, arditamente e com o passar do tempo, foi mantendo os negros submetidos a uma barreira que os impediu de atingirem a igualdade com os brancos no contexto social. A partir de tal constatação-matriz, divisam-se todos os demais desdobramentos lógicos, que se constituem na segregação ocupacional, locacional e educacional, apenas para citarmos alguns exemplos.

Não tendo acesso aos melhores postos de trabalho, aos locais dignos de moradia e à formação educacional de qualidade, a juventude negra e pobre encerrou-se numa armadilha sistêmica. Do alçapão, são jogados para a marginalidade, e, não raro, para as garras do crime organizado, que, como lembra Darcy Ribeiro, *‘oferece uma massa de empregos na própria favela, bem como uma escala de heroicidade dos que o capitaneiam e um padrão de carreira altamente desejável para a criançada. (...) O normal da marginália é uma agressividade em que cada um procura arrancar o seu, seja de quem for. Não há família, mas meros acasalamentos eventuais. A vida se assenta numa unidade matricêntrica de mulheres que parem filhos de vários homens. Apesar de toda miséria, essa heroica mãe defende seus filhos e, ainda que com fome, arranja alguma coisa para pôr em suas bocas. (...) As circunstâncias fazem surgir, periodicamente, lideranças ferozes*



que a todos se impõem na divisão do despojo de saqueios”. E Sartre observa que “vivemos o tempo da deflagração: quer o aumento da natalidade amplie a miséria, quer os recém-chegados devam recear viver um pouco mais que morrer, a torrente da violência derruba todas as barreiras’.

Em suma, de modo mais ou menos assumido, o racismo maculou nosso caminho, cujo passo temos a preciosa oportunidade de corrigir. Para tanto, é primordial, de pronto, com a maturidade democrática inerente a uma Pátria que se pretende democrática, reconhecermos a ocorrência de um genocídio institucional, que deve ser objeto de atenta e responsável guinada, a cargo de todos os Poderes e das diversas esferas da Federação.

O genocídio da população negra, pobre e periférica com o qual esta Comissão entrou em contato é uma matança simbólica, a matança da vontade de vencer, da autoestima, que consiste na tentativa da supressão da esperança da conquista da igualdade entre a população negra e pobre e a branca ao longo dos séculos. Ao sufocar os negros pela completa ausência dos serviços mais básicos que o Estado tem o dever de prestar, promoveu-se o surgimento de todo tipo de sentimentos negativos na população em relação aos agentes do Estado nos territórios onde a violência se instalou.

Nesse brutal contexto, encontram-se perversos instrumentos, como, por exemplo, o auto de resistência, cuja existência a CPI recomenda que seja eliminado pela aprovação imediata do PL nº 4.471, de 2012. Outro exemplo dessa perversidade é a tentativa de diminuição da maioria penal, que atingirá de forma negativa e em cheio a população mais vulnerável e carente do apoio do Estado. Caso essa barbárie prospere, teremos o severo agravamento da situação prisional no cenário de total ineficácia das medidas ressocializadoras. Os membros da CPI, portanto, repudiam tal medida. Isso foi o que os nossos acadêmicos disseram aqui o tempo inteiro.

Encerramos este relatório com a consciência tranquila de que todo possível foi realizado no tempo que nos foi concedido. Agradecemos o apoio e o incentivo dos nossos pares, e conclamamos a todas as forças políticas que participaram ativamente desse trabalho, para seguirem juntas pela efetivação das medidas aqui propostas e recomendadas.



Sala das Sessões, 7 de julho de 2015.

Relatora: Deputada Rosangela Gomes.”

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Já pode pedir vista, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Está aberta a discussão.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu quero desde já pedir vista, mas também parabenizar a Deputada Rosangela Gomes pelo relatório. Eu dei minha contribuição para ele, e quero dar mais contribuições, quando o ler de maneira mais rigorosa. Mas, de cara, já me agradaram bastante as conclusões preliminares desse relatório.

Parabéns, Deputada!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço vista conjunta e parabenizo a Deputada Rosangela, não apenas pelo relatório, mas por todo acompanhamento que fez, pela forma como trabalhou, ouvindo de forma plena as pessoas, dialogando, aprendendo e ensinando também uma nova lição. S.Exa., que viveu todo esse sofrimento na sua experiência, pôde agora verificar um segmento, que é a juventude negra, pobre e que mora na periferia, e a situação vexatória por que passa.

Eu queria parabenizá-la e dizer que, com certeza, esse relatório será de extrema importância para que as autoridades possam tomar as devidas providências. Um relatório que mostra, revela uma clareza, uma consistência, uma firmeza daquilo que foi dito, aproveitando vários depoimentos que foram prestados aqui, por negros que foram vítimas de violência, por familiares, por pesquisadores. Enfim, foi um grande caminhar que esta Comissão fez, e está fazendo, e a Deputada Rosangela Gomes é o sinal emblemático daquilo que a gente trabalhou.

Parabéns, Deputada Rosangela! Tenho certeza de que nós teremos um excelente relatório. As providências que estão sendo encaminhadas, os projetos de lei são projetos que vão passar por Comissões Especiais. Estamos apresentando agora essa contribuição da CPI para o enfrentamento dessa questão do genocídio praticado contra jovens negros pobres, que moram, como V.Exa. colocou, nas periferias, e também nas regiões metropolitanas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na verdade, teve pedido de vista conjunta do Deputado Jean Wyllys e do Deputado Luiz Couto. Vou passar a palavra para o Deputado Bebeto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Temos pedidos de vista conjunta também dos Deputados Major Olimpio, Glauber Braga e Delegado Éder Mauro. V.Exa. está pedindo vistas?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vamos pedir vista também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, na verdade, regimentalmente, nós deveríamos encerrar a discussão a partir do pedido de vista. Mas eu proponho, então, que, na hora que abirmos para o debate, cada Deputada, cada Deputado, titular e membro, fale uma única vez, por 15 minutos; e não membro, por 10 minutos.

Portanto, como aqui o espírito é o da ampliação do debate, nós vamos abrir para os que pediram a inscrição, de maneira informal, por 5 minutos. Não é o debate, porque nós já concedemos pedido de vista coletivo aos Deputados Jean Wyllys, Luiz Couto, Bebeto, Glauber Braga, Major Olimpio, Éder Mauro, Delegado Edson Moreira, Luizianne Lins, Conceição Sampaio e Adelmo Leão. Foi concedido pedido de vista coletivo a todos esses Deputados que o solicitaram.

Com a palavra, o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, obviamente, nós não vamos fazer o debate em torno do relatório apresentado pela Deputada Rosângela, mas também quero, neste momento, parabenizar a Relatora pelo denso relatório produzido, que expressa o conjunto de intervenções, aqui realizadas por pesquisadores, por agentes da segurança pública no País, que expressa também as oitivas que nós realizamos nos diversos Estados. Foi possível, a partir desse debate, compor um quadro de informações capaz de promover um relatório denso, substantivo, com apontamentos para aprimorar a legislação.

Nessa circunstância, portanto, cabe-me apenas parabenizar a Relatora. Obviamente que o pedido de vista que nós apresentamos tem o objetivo de permitir uma análise mais acurada dos dados e das informações produzidas, e,



possivelmente, apresentar um conjunto de medidas. Eu observei aqui algumas lacunas. Mas é normal para um relatório produzido em 120 dias, com tantas oitivas que nós realizamos.

Quero parabenizá-la, Deputada, pela produção do relatório, e colocar, portanto, a partir daí, a discussão que vamos fazer no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bem, com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, eu não vou parabenizar a Relatora pelo relatório porque, a meu ver, foi tendencioso, só usando um lado da parte que foi investigada. É o que falei ontem: pau que nasce torto, morre torto, até a cinza é torta. Até a cinza do pau é torta. Quer dizer, eu estou observando a direção tomada pela CPI. Então, foi ouvido só um lado; não foi ouvido o coletivo. A balança só pesou para um lado. Só foi colocado peso de um lado; o outro não teve peso. O que acontece? Se o negócio começa errado, acaba errado, a meu ver.

Sr. Presidente, eu sou um grande observador, eu acompanhei o trabalho, fiz questão de acompanhar, e V.Exa. me permitiu isso. E onde eu fui só tinha um lado, só um lado, a não ser, Rondônia, ontem, em Porto Velho.

Ontem, houve uma democracia geral. Foram ouvidos todos os lados lá, em Porto Velho. Foi a única diligência que eu vi que tinha segmentos, o resto só o segmento afro foi ouvido. Esse Mapa da Violência que o Deputado Giacobbo fez é uma completa falácia. É uma falácia isso daí. Por quê? Parte de uma premissa errada. Parte de uma premissa errada! E se a ONU e a OEA... A ONU acompanha isso aqui, por isso é que está tudo furado. Eu queria saber se as estatísticas que foram enviadas pelos Estados, que nós pedimos, têm esses números, e qual o comparativo que foi feito com o Mapa da Violência. Não tem isso.

Então, é o seguinte: carece de subsídio. E essas políticas propostas em cima disso são políticas equivocadas, a meu ver. E nós vamos dar uma observada nisso melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Major Olimpio, seu pedido foi para inscrição ou só de vista? *(Pausa.)*



Com a palavra o Deputado Major Olimpio, depois, o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, senhores membros desta CPI, assessores e senhores que estão nos acompanhando, quero cumprimentar o nosso Presidente, a Relatora e a assessoria técnica pelo esforço, pela dedicação e pela isenção de comportamento em todos os instantes do debate. Por mais acalorado que tenha sido o debate, por mais que a convicção individual do Presidente ou da Relatora pudesse divergir da manifestação apresentada, nenhum de nós vai poder dizer que o Presidente e a Relatora foram tendenciosos no decorrer da condução do processo. Isso não significa que vamos concordar com a integralidade do relatório produzido; vamos fazer o debate.

É óbvio que os profissionais que são da área da segurança pública, ao observarem o conteúdo desse relatório, verificaram circunstâncias que, sim, são colocadas de forma tendenciosa. O debate inexistiu ou se passou muito ao largo em relação, por exemplo, a desmilitarização das Polícias Militares, entretanto, está como se fosse algo que tivesse sido discutido com profundidade aqui. Simplesmente, é um trabalho. A PEC 102, do Senado, foi mal elaborada. Perdoem-me, mas eu acho que careceu de fundamentação técnica da assessoria técnica da CPI. Nós verificamos uma colocação de questões como propostas legislativas meramente de repetição ou de cópia de manuais acadêmicos, sobre gradação do uso da força, quando descoldrear uma arma, quando segurá-la com a mão, quando apontá-la. São teses acadêmicas que simplesmente acabam por ridicularizar o relatório.

No momento em que V.Exas. estão tentando falar que vão apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição para um sistema, aqui, literalmente, encheram linguiça para vocês. Desculpe-me, Deputada Rosângela, V.Exa. estava lendo conteúdos que puseram no relatório como propostas legislativas que, logicamente, não vão prosperar ou simplesmente vamos falar: *“Escuta, isso aqui está no manual de gradação de uso da força há 50 anos.”*

Então, eu irei apresentar um voto em separado. Respeito a democracia. Sei que a maioria da Comissão será favorável ao relatório produzido, mas me desperta positivamente a iniciativa, principalmente de V.Exa. como Presidente, de avançar na discussão, desde modelos da segurança pública até o fortalecimento desse controle



externo da polícia, que não pode ser colocado de forma preconceituosa: *“Esses caras hoje têm licença para matar.”* Há uma colocação que está em negrito, no relatório, quando fala de sugestões. A forma de se escrever está tentando induzir, sim, no relatório, que as forças policiais são agentes que estão nas ruas e em todo o território nacional para perseguir e matar o jovem negro e pobre na periferia, etc.

O conteúdo que foi apresentado nas audiências públicas, o que foi aqui produzido, é diverso em relação ao conteúdo que foi aqui apresentado. Não quero me alongar mais, porque V.Exa. foi até complacente ao nos conceder esses 5 minutos para nossas considerações iniciais. Nós vamos verificar todas as propostas legislativas e apresentar nossa ponderação.

E isso eu acredito que nós devemos amadurecer, porque levar essas cópias de manualzinho acadêmico de polícia aqui ou do que já está em alguns pactos da própria ONU, repetidos e copiados aqui, é motivo de chacota para uma discussão mais madura, dizendo que uma CPI está propondo isso. E algumas medidas de que a gente já diz: *“Olha, é tentativa de revogar a lei da gravidade”*.

A questão da votação do auto de resistência seguida de morte, que se colocou como mantra nesta Casa, que nós já acabamos de dizer várias vezes que é uma lei absolutamente para sair de nada para chegar a lugar nenhum. Quando se fala, e eu não vi onde foi discutido isso também, para esse incidente de deslocamento para a federalização dos crimes contra a vida praticados por policiais militares, o Hélio Bicudo lutou muito tempo para haver a Lei nº 9.299, de 1996, dizendo: *“Os tribunais militares são complacentes”*. E hoje a regra está mostrando que o número de condenações pelo Tribunal do Júri diminuiu muito. O tribunal do povo é muito menos severo do que era o Tribunal Militar para julgar condutas de crime contra a vida.

Hoje, há facilidade. Agora, isso já foi tentado por alguns poucos: *“Então, vamos federalizar a apuração das condutas”*. É uma gozação isso! A estrutura da Justiça Federal... No Estado de São Paulo, por exemplo, Sr. Presidente, se federalizarem os crimes contra a vida praticados por policiais militares, nunca mais nenhum policial vai ser julgado. A estrutura é incipiente, ela não consegue atender a demanda mínima disso. E eu não sei em que momento do debate nós debatemos isso, para enxertarem isso aqui para a Deputada Rosângela ler.



Então, com todo o respeito aos assessores, vamos discutir isso com maturidade. Nos nossos 15 minutos, nós vamos apresentar as ponderações, mas, preliminarmente, a conduta do Presidente e da Relatora eu vou bater palmas e vou elogiar sempre onde eu puder, pela conduta que tiveram na isenção.

O relatório apresentado, uma grande parte dele, e é assinado pelos nossos, pela nossa Relatora, mas claramente aí se evidenciou a tendência de quem estava assessorando, e não da necessidade pública ou do que foi apurado no decorrer da CPI.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Só quero ler um parágrafo aqui:

“Iguamente, não é justo colocar a Polícia no banco dos réus; muito menos, afirmar-se, o que seria estapafúrdio, que os agentes da Segurança Pública, deliberadamente, vestem suas fardas e saem de casa para abater negros.”

Então, nós afirmamos, em todos os momentos aqui:

“A discussão é diversa e muito mais profunda. Antes, como missão do Parlamento, a presente Comissão, com singular afinco, percorreu o País, ouvindo as vozes dos diversos setores, colocando o termômetro nesse caldeirão e aferindo a temperatura dessa questão etnográfica.”

Ou seja, não tem esta... Pelo contrário, Deputado Major Olimpio, vai na direção contrária, reafirmando o contrário do que V.Exa. posicionou sobre do relatório.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não, mas, por exemplo, a questão desse incidente de deslocamento, que se chama, desse desaforamento de julgamentos para os tribunais federais, eu não me recordo — eu não estive em todos os atos, como V.Exa. — em que momento foi debatido isso pela Comissão, e se foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Exa. está falando de alguns casos emblemáticos ou da PEC que propõe federalizar casos de homicídio?



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Os senhores estão propondo aqui, é proposta legislativa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Isso aí é crime hediondo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Por isso, nós abrimos o debate. Foi concedido pedido de vista coletivo por duas sessões.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Nós não discutimos isso. Nenhum dos dois disse isso em nenhum momento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Edson Moreira, só um momento.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, primeiro eu queria me dirigir à Deputada Rosângela, Relatora, e parabenizá-la pela ousadia do que está aqui colocado. É claro que vamos ter a oportunidade de avaliar cada ponto do relatório, a partir do de vista, mas o relatório por si só já demonstra a ousadia e a demarcação de um momento histórico, quando faz o reconhecimento do genocídio. Ou seja, o genocídio da população negra, pobre, periférica, com a qual esta Comissão entrou em contato, é uma matança simbólica. Esse reconhecimento, de antemão, já vale o trabalho realizado pela Comissão, porque muitos ainda não tiveram a oportunidade de fazê-lo.

Eu quero inclusive registrar que outras Comissões da Casa, que também estão próximas de finalizar o seu trabalho, já apontam para um caminho preocupante. Não sei se todos tiveram oportunidade de ver, mas no jornal *O Globo* de domingo existia uma nota dizendo que uma das Comissões instaladas na Casa já aponta para a terceirização e a privatização das unidades prisionais brasileiras. Diferente de quem está apontando única e exclusivamente para um processo e para um regime punitivo e seletivo — e, mais do que isso, como uma avaliação do ser humano como mercadoria —, V.Exa., no relatório, nos pontos que eu já tive oportunidade de verificar, faz uma análise que está à altura histórica do momento por que nós estamos passando no nosso País.



Eu queria dizer também, Deputada Rosangela Gomes, que, respeitando a opinião e a condução do Presidente em relação a todas as opiniões que se colocam nesta Comissão, a formação de convicção, tanto da Relatora quanto de qualquer Deputado, não tem que necessariamente passar por uma discussão pormenorizada de cada item que porventura tenha sido colocado no relatório. As indicações do que está no relatório e a formação da convicção do que está aqui contido vêm a partir de uma análise sistêmica de todas as discussões que foram realizadas. E as propostas, da mesma forma, até porque, se tivéssemos que fazer a aprovação de ponto por ponto, antes que a Relatora pudesse apresentar o seu relatório, não existiria a necessidade da apreciação e da apresentação de um projeto por parte da relatoria.

Então, eu queria finalizar as minhas palavras, respeitando e parabenizando pela condução dos trabalhos o Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e cumprimentando todos os Parlamentares desta Comissão, que tiveram a oportunidade de fazer aqui uma discussão, apresentando os seus posicionamentos.

Mas eu queria, neste final, cumprimentar especialmente V.Exa. pela grandeza do relatório apresentado. Mais do que isso, independentemente dos pontos que tenham que ser analisados e discutidos, foi um marco histórico o reconhecimento, por esta Comissão, do genocídio da população negra brasileira. O nome de V.Exa. já está marcado, não só na história do Parlamento brasileiro, mas na história do Brasil e na história do mundo, por esse reconhecimento, que muitos deveriam fazer, mas até hoje não fizeram.

Está de parabéns a Comissão! Está de parabéns V.Exa.! Estão de parabéns todos aqueles que auxiliaram na construção desse texto!

Que possamos — e aí encerro, Sr. Presidente —, a partir da apreciação do relatório, passar para um novo patamar na discussão de temas tão relevantes na Casa: que não seja só uma discussão punitiva, seletiva, mas que possamos ter necessariamente uma discussão de garantia de direitos.

E a população jovem negra brasileira necessita de que o Parlamento brasileiro lhe determine não um favor, mas a garantia de um direito que é estabelecido pela Constituição da República.

Parabéns a V.Exa.!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Glauber Braga.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, colegas Deputados, vou procurar ser breve, porque já abriu a Ordem do Dia.

Eu quero começar parabenizando o seu trabalho na condução desta Comissão durante todas essas sessões, tanto dentro da Casa quanto nos Estados, e quero parabenizar a Relatora, porque eu sei o esforço que foi tentar ouvir tudo e todos sobre um tema tão polêmico.

Tenha certeza, Deputada Rosângela Gomes, de que eu vou respeitar, de forma democrática, o que ficar decidido. Mas o que eu quero colocar? Diferentemente de alguns pesquisadores que no início dos trabalhos estiveram aqui e trouxeram pesquisas e uma série de dados relacionados à morte da juventude — e a princípio se polemizou a questão do que seriam os negros —, eu vivi 30 anos na rua. E fora o meu trabalho de rua de 30 anos, vivi como jovem, vivi como criança, vivi em família pobre, morei nas pontes. E não vi, como muitos ou pelo menos uma ou duas pessoas colocaram aqui, que o médico atende com racismo, que o professor trata o branco diferentemente do negro na escola, que a polícia é criada e montada com racismo e para matar. Eu não vi e não vejo o povo brasileiro desta forma.

E como eu faço parte desse povo brasileiro e faço parte de um sistema em que trabalhei como funcionário público e como policial, como fiz parte de uma eleição em que uma parcela desta população nos colocou aqui com uma confiança tão grande, Deputada Rosângela Gomes, eu não vou trazer aqui pesquisas nem dados. Eu vou trazer, e trouxe, a minha vivência.

Repeti inúmeras e inúmeras vezes para o Presidente da Casa, e disse que repetiria em todas, a questão das três causas que a minha vida como profissional me mostrou lá fora — e eu tenho certeza de que o povo brasileiro sabe dessa condição, dessas causas que são o que leva a nossa juventude, o negro, o branco, o pardo, à morte. É a falta de políticas públicas, não existem. São as desagregações



familiares, que estão levando o nosso jovem que não tem nem um pingão de estrutura familiar ao mundo do crime, ao mundo das drogas.

Então, quero parabenizar grande parte do relatório, que eu sei que foi cansativo e sei que ele é rico em dados e números. Mas quero deixar minha crítica e quero deixar ainda a minha opinião, com todo o respeito e o carinho que tenho pela Relatora. Mas eu disse que vou respeitar, e eu sou assim, vou respeitar democraticamente.

Eu li a parte conclusiva do relatório e vi que um dos itens, a questão da falta de políticas públicas, não é mencionado exatamente na conclusão como causa. Mas está nas entrelinhas! Eu não entendo por que ficou nas entrelinhas e não foi colocado como causa. Foi colocado nas entrelinhas, quando se diz que o negro não tem as mesmas oportunidades que tem um branco. E hoje eu vejo que o jovem não tem a questão de ser negro, branco ou pardo. A nossa juventude, em um todo, não tem oportunidade neste País.

Também é colocada a relação de envolvimento com o crime e com a droga nas entrelinhas, quando apenas diz que, diante de todo esse quadro, a nossa juventude é jogada para a mão dos criminosos. Eu diria que a nossa juventude, que não tem a estrutura familiar e não tem as políticas em cima dela, fica desgarrada e volúvel, com certeza, a se envolver com o crime e a droga; e vai ser levada à morte.

Eu lamento, Sr. Presidente, a questão das múltiplas colocações de direcionamento em cima do organismo policial. Mas, Deputado Major Olimpio, Deputada Rosângela Gomes, eu fico de certa forma a cavaleiro ao dizer que todos os pontos que foram colocados aqui, com a exceção do caso de se tornar pela Polícia Federal e pela Justiça Federal os crimes de homicídio praticados por agentes públicos, todos os outros demais pontos já existem. As Polícias são as instituições mais fiscalizadas neste País! É Corregedoria, é Ouvidoria, é o Ministério Público. E é o próprio Judiciário. Todo caso que envolve como réu o policial, é o juiz que vai decidi-lo. São quatro envolvidos na questão do policial. Hoje, não existe neste País, de todas as instituições públicas, nenhuma instituição que tenha mais pessoas presas do que policiais.



E eu não estou aqui colocando mão em cima de policial bandido. Eu estou colocando mão em cima do policial de bem, aquele que, como os quinhentos que ano passado perderam a sua vida, foram para a rua defender a família.

Então, Deputada Rosangela Gomes, só para finalizar, eu digo que não acredito que no nosso País... E espero morrer um dia com o sonho de que eu sempre disse aqui: aposentado, ainda poder ver um policial na rua, a nossa polícia, não precisando usar mais armas neste País — o que eu hoje acho a coisa mais difícil do mundo, mas, quem sabe, nós vamos chegar a isso. Não vejo que o nosso médico e o nosso professor veja o nosso aluno com racismo, e muito menos que o policial o veja assim.

Eu queria — e eu sei que o povo brasileiro vai ter acesso a isto — dizer ao povo brasileiro que eu estive aqui nesta Comissão, que respeitei o posicionamento de forma democrática, mas que a minha vida lá fora como profissional e a minha juventude e infância vivida, como vivo até hoje... Eu vivo na periferia, moro na periferia, em Belém, num bairro de periferia, num conjunto habitacional da COHAB, e eu não vejo o problema de genocídio e racismo no nosso povo brasileiro.

Eu vejo um país em que a nossa juventude não tem oportunidade. Não há políticas públicas em cima dela. Vejo que os nossos jovens, por questões dessas políticas, e muitos pela desagregação familiar, acabam se envolvendo com o crime e com a droga, que os estão levando à morte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Paulão. Depois, eu quero fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Antes de os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Paulão fazerem uso da palavra, obviamente o Deputado Major Olimpio irá apresentar o seu destaque e, sendo aprovado, ainda temos a possibilidade de fazer a complementação de voto. E ao Deputado Delegado Éder Mauro, que realmente foi ativo nesta Comissão, quero dizer a S.Exa. que pode encaminhar as sugestões até quinta-feira, se for possível.

Havendo consenso da Presidência e da Relatoria, obviamente nós iremos acabar as sugestões de V.Exa.



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Muito obrigado, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Uma fala ao Deputado Delegado Éder Mauro, já que S.Exa. vai sair.

É evidente que, quando falamos do racismo institucionalizado, em minha opinião, um dos principais características que confirmam isso é a ausência de políticas públicas. V.Exa. tem toda a razão. Então, perceba que nós mais convergimos do que divergimos.

Concedo a palavra ao Deputado Paulão. *(Pausa.)*

Desculpem-me. Primeiro falará o Deputado Adelmo Carneiro Leão, meu conterrâneo. Depois, o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Eu estou aqui nesta Comissão, já na conclusão dos seus trabalhos. Estive participando, e vou até o final, da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da questão da máfia das próteses, órteses e materiais especiais. Estou pela primeira vez aqui no Congresso Nacional, tendo já feito uma boa caminhada na Assembleia de Minas, mas eu vim aqui exatamente para parabenizá-lo e a todos os Deputados e Deputadas que participam desta Comissão, e para parabenizar a Deputada Rosangela Gomes por esse trabalho extraordinário!

Este é um tema que precisa ficar na ordem do dia, porque esta questão é uma realidade. Há uma violência, e uma violência diferenciada, em relação aos jovens negros e aos pobres no Brasil. Aliás, só as condições em que eles se encontram — marginalizados, distanciados das grandes conquistas humanas da ciência e da técnica — já é um ato de violência.

E, mais ainda, eu também não estou aqui para dizer que aí há toda uma estrutura... Quando nós tratamos da questão da máfia das próteses, da máfia dos médicos, lá existem pessoas que cometeram crimes bárbaros, que praticaram corrupção e que nós precisamos condenar e precisamos investigar. Nós temos que tratar dessa questão de maneira substantiva, de tal forma que a gente possa identificar os responsáveis.

Na nossa área, quando a gente vê um médico praticando corrupção, logicamente o mal que ele causa é enorme. Além do mal que causa por si mesmo,



ele contamina a instituição. Quando nós tratamos da polícia aqui, que tem a prerrogativa de usar a arma, e, quando, nesta condição, ela trata os pobres, os negros, de maneira preconceituosa, discriminatória, com violência, contamina também os que são bons, os que são corretos.

Então, nesse sentido é que a gente tem que colocar, como busca e conquista das nossas instituições, até para que a gente possa evoluir, que essas práticas não sejam aceitáveis, não contaminem as nossas instituições. Agora, não é uma questão de condenar uma instituição, um partido, um determinado setor, porque também, no enfrentamento a esses problemas, todos nós somos responsáveis e podemos fazer alguma coisa, algo em favor da vida, da dignidade humana, da promoção da igualdade e da justiça social.

Ainda somos um dos países mais injustos do mundo. Essa é uma constatação. E nós precisamos avançar. Por isso, eu fiz questão de estar aqui, neste momento final, para dizer a V.Exa., Deputado Reginaldo Lopes, que para nós, mineiros, é um orgulho tê-lo como Deputado Federal. V.Exa. está corajosamente ajudando a elevar a autoestima da nossa juventude, participando permanentemente no sentido de chamar a juventude para a cidadania e dar à juventude, a partir do Congresso Nacional, condições favoráveis para que eles possam cultivar os valores da dignidade, da prosperidade e da justiça social.

Mesmo ainda não tendo lido o relatório, mas ele está em minha mão, eu quero dizer que concordo com essa afirmação de que a gente não trata aqui da consolidação no relatório apenas do que foi dito. Se há experiências que podem ser trazidas de outras fontes — a exemplo da própria vivência da Relatora, riquíssima na sua condição de mulher, de negra, uma situação muito importante —, nós não podemos desprezá-las, tanto que eu não vejo o relatório como um documento em que alguém tenha aqui enxertado algo novo.

Se a Rosangela Gomes está subscrevendo e assinando esse relatório, certamente é porque ela concorda com essas avaliações, e muitas delas, eu não tenho dúvida, são fruto também da sua própria experiência. Então, vem aqui nos enriquecer, trazer uma condição que precisa ser pautada permanentemente, para que enfrentemos definitivamente essa situação, no sentido de nós constituirmos o



Brasil que nós queremos: outro Brasil, com espaço da cidadania, da igualdade, de igualdade de oportunidades.

Então, parabéns, Rosangela Gomes, parabéns, Reginaldo Lopes, e parabéns aos Deputados que fizeram esse trabalho tão importante, tão significativo, nesse momento que nós estamos vivendo na história do Brasil. Vocês estão construindo a história que nós queremos para este Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão pelas palavras. Quero agradecer também a participação de V.Exa. em Minas Gerais, em nossa audiência pública, e a participação agora, neste processo.

Quero passar a palavra ao Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria parabenizá-lo, junto com a Relatora Rosangela Gomes, e, em nome dela, cumprimentar todos os Parlamentares, titulares e suplentes. Quero cumprimentar também a equipe, em nome do Robson, que deu suporte não só à memória. Cumprimento a Taquigrafia; a Secretaria; os que tiveram deslocamento em cada Estado, pela presteza, pela profissionalização. Registro também a importância também da assessoria que tivemos aqui dos vários Ministérios presentes e cumprimento a imprensa, que nos deu o respaldo e a divulgação.

É claro que eu cheguei no horário devido hoje, Sr. Presidente, inclusive até antes do tempo. Mas V.Exa. estava junto com a Relatora ainda fazendo a conclusão. Esta Casa tem uma agenda forte, Deputada Rosangela Gomes. Eu cheguei há pouco, mas, enquanto as pessoas falavam, já tive acesso a uma leitura dinâmica. E aqui faço questão de dar um destaque: o racismo, tal qual o mito da cordialidade, a ideia de que o nosso País vive uma democracia racial não resiste a uma análise séria. Por seu turno, o Professor Boaventura de Sousa Santos, em aula na Universidade de Brasília — é um dos maiores nomes do Direito nacional e internacional — afirmou, abre aspas: “*O racismo no Brasil é tão inteligente, e acrescentamos, insidioso, que convence a alguns que ele sequer existe*”. Esse detalhe e essa singeleza, ele teve capacidade de colocar num relatório.

O há outro em destaque, na página 29:



“Dessa forma, a CPI cumpre seu papel institucional de amplificar a voz da comunidade negra e pobre no sentido de reconhecer que existe, sim, um genocídio simbólico, quando o Estado Brasileiro, ao longo, não de alguns meses ou anos, mas durante séculos, vem negando a essas pessoas os mais básicos serviços públicos”. Fecha aspas.

Então, Sr. Presidente, qual foi, eu diria assim, o grande fato para se colocar na agenda política essa temática. Essa leitura que realizei não foi criada por mim. A prova é tanta que o Senado a copiou de nós. Poderia ter inclusive a unidade de ação de tentar estabelecer uma CPMI entre Senado e Câmara e não criar outra novamente. Tudo bem que se criou. Essa é uma prova de que está havendo processo de reverberação temática, eu soube, chamado à Casa revisora, o Senado Federal. Então, essa temática já foi importante. Ela provoca as instâncias, principalmente do Governo, nos planos federal, estaduais e municipais, os órgãos fiscalizadores, toda a estrutura direta, a capacidade e a metodologia feita aqui, ouvindo estudiosos, agentes públicos.

E percebemos, no final — e o relatório também destaca isso, e não vou fazer a leitura disso —, que não houve em nenhum momento a capacidade diplomática da equipe do Presidente e da Relatora em criminalizar um segmento, como escutamos de alguns colegas integrantes. Inclusive, dá-se destaque a isso. Não se está criminalizando a polícia como um todo. O que estamos levantando aqui é um processo sistêmico, um modelo real, principalmente recente, já que a história é tão recente, Sr. Presidente, de 1964 a 1985, quando o modelo definia que o inimigo era interno. Essa filosofia, de repente, não muda. E sabemos o poder que tem a influência psicológica de quem tem o comando; são poucas as polícias que conseguiram mudar esse paradigma.

E nessa caminhada da vida, percebemos que um Estado que tem um nível, claro, da economia social... Mas nessa área de segurança foi o Estado de Santa Catarina. Diga-se de passagem que isso não tem nada a ver com o Partido dos Trabalhadores, mas a própria sociedade, a dinâmica daquela sociedade, e vários tópicos colocados aqui, como os encaminhamentos, Santa Catarina já os exercita,



no sentido de ter uma harmonia, uma sinergia entre as polícias, de tentar fazer na prática da autonomia a perícia do ponto de vista administrativo-orçamentário-financeiro, uma corregedoria forte, um processo no qual se tenha os dados publicizados, e não se tem contaminação, e não há grande divergência — o Sistema DATASUS, e a área de segurança. Trata-se de Santa Catarina.

Então, há sobre essa resistência, sem dúvida nenhuma, um debate aqui. Há debate, embate ideológico natural, de acordo com o Regimento.

Um colega solicitou logicamente o pedido de vistas, até porque foi distribuído um relatório. Seria prudente fazer isso, dar tempo para aprofundar, fazer emenda. E isso não quer dizer que as emendas serão acolhidas.

E, por último, lamento que se esta Casa, e principalmente o Presidente Eduardo Cunha, tivessem mais sensibilidade e compromisso com o povo brasileiro e principalmente com o povo negro brasileiro, teriam dado maior tempo para a CPI. É preciso fazer esse registro. Esta CPI... Esse cuidado que a Relatora Rosângela Gomes fez, com muito carinho, se tivesse mais tempo, a gente teria condições de apresentar, sem dúvida nenhuma, um trabalho muito mais aperfeiçoado. O tempo também foi nosso inimigo. E um dos responsáveis é a questão regimental. O modelo no Parlamento brasileiro é presidencialista.

Então, é preciso registrar aqui para todo o Brasil que esta CPI não aprofundou mais a realidade da violência dos jovens negros e pobres devido ao Presidente Eduardo Cunha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero passar a palavra para o Dr. Jorge Silva.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Sr. Presidente, de maneira bem objetiva, só quero parabenizá-lo, juntamente com a Relatora, Deputada Rosângela Gomes, pelo resultado desta CPI.

Alguns dos temas V.Exa. abordou durante a sua vida parlamentar, e aqui eu gostaria de citar: Estatuto da Juventude, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas, o ensino médio, e agora a CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres . São temas importantes que realmente marcam a sua trajetória por esta Casa.



Esta CPI, eu entendo, foi de extrema importância. Assim como o Deputado Paulão falou, pena que o tempo foi curto, mas a oportunidade de mobilização, de sensibilização do País como um todo, ou nos diversos Estados onde ocorreram as audiências públicas, a quantidade de forças de segurança que aqui estiveram, que nos Estados estiveram para poder discutir, colocar esse problema na pauta dos diversos Governos de Estado. Eu acho que foi extremamente importante e, com certeza, terá uma repercussão grande no processo de desenvolvimento do nosso País.

Eu respeito muito quando vejo um profissional de qualquer área, com 30 anos de história, igual ao Delegado Éder Mauro, falar da sua experiência pessoal. Mas nós não podemos nos deixar levar só pela experiência pessoal. Eu acho que os números que estão aí mostram claramente a questão do racismo, acho que está clara a questão de falta de políticas públicas voltadas para os jovens.

Eu gostaria de reforçar mais uma linha de pensamento, que é a questão do modelo de desenvolvimento que o nosso País adota. É um modelo centrado, direcionado para privilégio do sistema econômico-financeiro. E aí, nos falta gerar superávit para pagar juros da dívida. E aí, na hora em que a gente procura recursos para investir naquilo que é prioritário para o nosso País, que é educação, saúde, política de segurança pública, nós não os temos na quantidade adequada para que possamos fazer essa intervenção.

Eu encerro, parabenizando a iniciativa desta CPI e espero que esta Comissão de acompanhamento possa realmente levar a um desdobramento durante os próximos anos, que venha a diminuir esses números, que são números de uma epidemia em relação à morte de jovens no nosso País.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Dr. Jorge Silva.

Antes de passar a palavra para a Relatora, para que S.Exa. faça as suas considerações, eu quero primeiro também concordar que o tempo de 4 meses para uma causa tão complexa como a questão da violência, e também do racismo, tão dissimulado na sociedade brasileira e colocado aí pelo Boaventura de maneira tão inteligente, seria necessário um pouco mais de tempo para que a gente pudesse



avançar. Mas como a CPI apresenta alguns projetos de sua autoria e também recomenda outros projetos importantes, como o próprio projeto do Deputado Major Olimpio, que cria o SUSP, nós entendemos que há um entendimento político com o Presidente Eduardo Cunha, que ele criaria as Comissões Especiais das PECs e a Comissão Especial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio.

Então, eu espero que a gente possa — ao se entregar o relatório e o Plano passar a ser um projeto de lei — ver se consegue, em agosto ainda, logo voltando do recesso parlamentar, instalar essa Comissão.

Primeiro, quero fazer esse apelo para que os Deputados e Deputadas que participaram desta CPI possam participar da Comissão Especial do Plano Nacional, porque eu acho que, a partir dele, nós teremos uma oportunidade de mobilizar o Brasil para replicar essa estratégia de enfrentamento à violência, dando um objetivo prático, com metas para redução dos homicídios para a casa de um dígito. Nós temos aí a cidade de V.Exa., Paulão, Maceió, com 150, o Estado Alagoas, com quase 100 mortes por cada 100 mil habitantes. São dados estarrecedores.

É evidente que a estratégia do PL, inicialmente — mas ela pode ser modificada na Comissão Especial —, propõe diretrizes e determina obrigatoriedade no prazo de 180 dias para a União enviar as metas específicas para os territórios que têm altos índices de violência, compartilhados com Estado e Município, e determina um prazo de 1 ano para Estados e Municípios também fazerem suas articulações e suas estratégias a partir dos planos estaduais e municipais de enfrentamento ao homicídio.

Eu acredito que aí, sim, Deputado Dr. Jorge Silva, nós teremos uma Comissão de acompanhamento, de mobilização permanente para as próximas três legislaturas, e nós vamos apresentar — a Relatora já o acolheu, como complementação de voto — o decreto-lei criando essa Comissão.

Portanto, isso é extremamente importante, porque nós não podemos terminar na CPI. A CPI é um ponto de partida. É um ponto que foi de uma vitória histórica dos movimentos negros, mais de 30 anos tem denunciado a questão do genocídio, do extermínio, da violência, a partir dessa denúncia se constitui como uma conquista histórica dos movimentos negros. E agora, esta CPI, espero, com a aprovação do relatório, reconhece o genocídio e propõe um conjunto de ações.



Então, a partir dessas ações, o tema vai continuar com luz, com visibilidade, porque a grande tarefa desta CPI foi jogar luz à temática, tirar da invisibilidade aquilo de que nós falamos muito aqui, desnaturalizar a morte dos jovens negros e pobres, buscar o apoio da sociedade brasileira, de todos os homens de bem, negros e brancos, buscar apoio da grande mídia, que, de uma maneira ou outra, também é responsável, porque a linguagem de suas novelas, do jornalismo, traz uma violação do direito e reforça o racismo institucional. Há vários estudos que comprovam isso, várias entidades que trabalham em relação à violência na mídia contra o nosso povo negro e pobre e também a falta de um espaço que pudesse configurar a construção do negro na sociedade brasileira, a partir da sua história, o que, infelizmente, os telejornais e as novelas não garantem.

Portanto, nós temos muito trabalho. Inclusive, era também uma intenção mais pessoal, mas eu acho que muitos compartilham dessa ideia, que nós deveríamos ter definido a questão de ordem pública, apesar de que requer mais estudo para fazer essa definição na Constituição. Essa ausência de ordem pública leva alguém a achar que ordem pública lá na ponta é ter algum tipo de abordagem seletiva contra os nossos negros e pobres. Então, eu acho que isso também fica como uma recomendação, Relatora, no sentido que a gente pudesse pedir à Câmara e ao Conselho de Altos Estudos que então elaborassem um conceito.

Eu perguntei a vários Secretários, gestores e Secretários de Justiça, qual era o conceito de ordem pública. Muitos disseram: *“O conceito eu não sei. De ordem pública, não. Mas de desordem pública eu sei”*. Então, ninguém sabe definir o conceito de ordem pública, e dizem que é uma discussão interminável, é um pântano de que, se a gente entrar, a gente não sai, mas foi assim que Hitler construiu o nazismo e o fascismo, a partir de uma dita “ordem pública” não definida.

Então, nós precisaríamos ousar também nesse sentido, definir, nesse caminho, mesmo que seja em forma de encaminhamento à Comissão de Altos Estudos, e a própria Comissão Permanente também, quando nós aprovarmos o decreto-lei que cria a Comissão Permanente, poderia ter essa tarefa, não é?

Então, é isso. Eu acho que nós temos muito trabalho pela frente. Quanto ao relatório, eu quero aqui parabenizar a Deputada Relatora Rosângela Gomes pela dedicação, porque não é fácil, não é? Com toda essa dedicação, nós fizemos aqui,



em 100 dias, 35 audiências, não é? Nas segundas, terças e quintas, e agora nas sextas-feiras. Nós estamos viajando, já fizemos audiências em 15 Estados, e de fato em um período curto.

O Deputado Edson Moreira não está aqui, mas, dialogando fraternamente com ele, como ele sabe, nós ouvimos todos, não ouvimos só um lado. Nós ouvimos todos aqui. Começamos com os movimentos, com os pesquisadores, intelectuais que trabalham a temática, mas terminamos ouvindo aí não sei quantos gestores, comandantes da Polícia Militar e da Polícia Civil, não é? E as Defensorias Públicas, e o Ministério Público. Fizemos aqui uma mesa com 12 instituições, sobre o Ciclo Completo. Eu, pessoalmente, defendo o ciclo completo, não é? E vou ajudar a articular para se constituir a Comissão Especial.

Eu defendo uma unificação das Polícias, uma Polícia única. Inclusive, a Comissão está propondo a Polícia única, de ciclo completo, na Constituição, para permitir que os Governadores que desejarem façam uma nova experiência, para que a Constituição possa permitir isso. Mas também defendo que a atual Polícia, se não for possível fazer a transição e unificá-la, que a Polícia Militar tenha o Ciclo Completo, não é? E estou disposto a ajudar nesse sentido, e, de uma maneira ou outra, também a CPI reconhece a importância de não haver meias polícias, duas meias polícias, mas sim uma Polícia completa.

Então, nesse sentido — e o Deputado Paulão participou também, sabe desse debate que fizemos aqui com todas as instituições —, eu acho que nós ouvimos todos. Eu não sei o número, mas ontem, em Rondônia, nós ouvimos mais de 50 pessoas de todos os setores da sociedade. Somando isso aqui ao que nós já fizemos em 15 Estados, em mais 33 audiências eu diria que pode passar de 500 o número de pessoas que foram ouvidas, desde mães, em depoimentos, falas, intervenções, visitas, diligências, oitivas.

Então, eu acho que a conclusão não é da Deputada Rosângela. Ela é a Relatora, ela fez uma síntese do que a capacidade intelectual, vamos dizer assim, momentânea nossa, coletiva, foi capaz de produzir, não é? Isso não quer dizer que nós esgotamos o trabalho aqui, não. Vamos continuar, e também dentro de um cenário, de uma conjuntura política. Então, eu acho que é um passo importante.



Vamos trabalhar para a aprovação. É evidente que temos aí mais um prazo até terça-feira para que... É quinta, não é? Nós podemos fazer a audiência na quinta, ou não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, contamos hoje e quarta. Então, nós podemos marcar uma reunião para quinta-feira, não é? Para que nós possamos continuar o debate. E não concluindo na quinta, nós vamos chamar uma outra reunião para terça-feira, não é?

Mas eu quero passar a palavra para a Relatora, para fazer suas considerações.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, senhoras e senhores, primeiro eu agradeço a Deus, porque eu creio que esse relatório, a contento ou não de uns e outros, talvez seja a resposta ao grito de justiça de várias famílias que durante anos pediram justiça, que de alguma maneira, de alguma forma pediram que pudessem ter voz e ser ouvidas.

Então, para mim foi e está sendo, Deputado Paulão, um momento muito especial, porque o nosso trabalho não se deu apenas aqui na sala das Comissões, como bem disse o Presidente Reginaldo. Nós fomos a diversos Estados, ouvimos diversas famílias, ouvimos organizações sociais, ouvimos o Estado. Foi um trabalho duro. Quem nos acompanha sabe que hoje nós chegamos a Brasília às 5 da manhã, e não paramos.

Então, a contento ou não, eu posso dizer que desta Relatoria e da Presidência não houve limitações. Nós procuramos fazer o melhor que podíamos, Deputado Dr. Jorge, para atender e contemplar todos e todas. E aqui eu quero agradecer também ao Deputado Reginaldo Lopes, porque é a primeira relatoria da minha vida, é a primeira experiência como Relatora, e de um tema tão importante como esse, que não se esgota em 3 meses, que teremos a possibilidade de continuar debatendo e discutindo, não só aqui como na própria Comissão que foi solicitada pela Deputada Luizianne Lins, pelo Deputado Luiz Couto e pelo próprio Presidente, que apresentaram a proposição de criar uma Comissão temporária para acompanhar a execução do plano de enfrentamento aos homicídios por 3 Legislaturas.



Mas temos também outros desdobramentos, Deputado Adelmo. Lá no Rio, o Deputado Zaqueu e a Deputada Tia Ju propuseram criar-se uma Comissão. Lá em Recife, o Deputado Ossésio criou outra Comissão. Nas Câmaras Municipais, vários Vereadores também disseram que iam criar as suas Comissões. Então, por si só, eu creio que esse trabalho e esse tema nós já tiramos da invisibilidade.

E se aprovarmos o relatório, que foi produzido não só por mim, mas pelo conjunto dos Deputados que aqui estavam... E aqui eu faço uma réplica ao que disse o Deputado Edson, que infelizmente não está aqui, não é ético falar, mas que ele possa... Existe prazo ainda para que façamos a complementação de votos; que ele possa apresentar aqui as demandas necessárias que não foram contempladas, para que nós possamos ouvir, de uma forma consensual colocar em votação e, se forem acolhidas, acatadas, votadas, contemplar. A mesma coisa eu digo ao Deputado Major Olimpio.

Por outro lado, quero agradecer aos técnicos da Comissão, que muito nos ajudaram aqui, não só Robson e Silvia, com a equipe, mas também Sergio, Mohamad, Paola e os demais, todos os que durante os finais de semana largaram as suas famílias e os seus lares para que nas madrugadas da vida nós pudéssemos estar aqui dando a nossa contribuição, o que é a nossa obrigação, também não é nenhum favor, não fizemos nada de absurdo. Mas dissemos no início, desde o início, Jorge, que daríamos o nosso sangue e a nossa vida para fazer um trabalho sério. E não tem parte com tendência. O que nós fizemos aqui partiu do que nós ouvimos, do que nós escutamos, do que nós vimos. É o que nós registramos nesse relatório.

Então, não posso deixar de falar aqui do legado que é a Comissão que vai dar continuidade, desdobramento nas outras Comissões, e o próprio requerimento da Deputada Benedita da Silva, que pede que se envie o relatório aos órgãos que cita aqui, a OEA e outros mais, dando ainda mais sustentação e visibilidade ao trabalho final.

O Deputado Éder disse que não existe racismo por parte de médico. Existe, sim! Talvez não exista na totalidade, mas infelizmente o Brasil é um país racista. Existe racismo incutido, escondido. Existe racismo, sim! Ontem eu dizia na Comissão, mais uma vez, que toda semana eu sou vítima de racismo, toda semana.



Toda semana! E ontem, Jorge, eu fui tomar o café da manhã, lá em Rondônia, no hotel, Presidente, e havia três homens sentados, tomando café; quando eu entrei para tomar café, um deles me chamou: “Ô, *vem cá!*”, desse jeito, querendo pedir que eu lhe servisse alguma coisa. Então, nós pretos e pretas nunca podemos ser vistos como um povo que pode frequentar um hotel, uma academia, um cinema, uma loja de grife. Nós nunca podemos ser vistos desse jeito! Se comigo, que estou, pela misericórdia de Deus, no Parlamento, como Deputada, que consegui, por meio de estudo, como já disse várias vezes aqui, ascender, isso é latente, imagine com um jovem visivelmente de uma comunidade periférica! Porque é a realidade: o povo brasileiro branco acha que o povo negro é um povo secundário. Essa é a realidade!

Então, é muito fácil dizer, talvez, que o relatório é tendencioso, que é um relatório burro, que é um relatório imbecil, mas eu levo muito a sério o que eu faço, e não estou aqui à toa, nem de graça, nem parei aqui porque tenho olhos verdes. Eu vim para cá, primeiro, porque Deus permitiu; segundo, meu mandato foi fruto de um trabalho incansável, defendendo o povo do meu Estado, e eu vou continuar lutando.

Eu disse lá na Paraíba, quando os Deputados foram maciçamente vaiados, e eu não fui vaiada, eu poderia ter ficado quieta (*risos*) e eu fiz quis questão de dizer que eu também votei, e fui vaiada, porque faz parte, faz parte da democracia ser aplaudido e ser vaiado. Eu não tenho medo de encarar a verdade nem o trabalho; agora, a gente pode até perder uma luta, mas não a guerra toda. E foi assim com Martin Luther King, que dizia: “*Eu tenho um sonho*”.

Então, nós, a população afrodescendente, temos de continuar sonhando, e isso principalmente na hora do voto, porque quando a gente não se faz maciçamente representada aqui nesta Casa a gente perde. O que define, aqui, o que define o poder, Deputado Paulão, é o voto, ainda que essa Comissão sirva para isso, para dizer ao povo, ao preto e à preta: “*Vamos votar mais no preto e na preta*”, porque talvez a gente consiga, daqui a 1 ou 2 décadas, acabar com essas diferenças que são tão latentes e gritantes com relação ao povo preto.

Então, médico também mata quando é omissivo em atender uma mulher negra que chega lá muitas vezes, talvez, não cheirando bem e descabelada; ele deixa de atender, e os números de morte materna são enormes. Na escola também há preconceito por parte de professores. Eu não estou aqui dizendo que os



profissionais são ruins na sua totalidade. Não, não estou dizendo isso, não, mas existe, infelizmente. Existe em percentual menor, mas existe.

O racismo existe no Brasil de forma acentuada. E eu não vou cansar-me de dizer isso porque, repito, sou vítima dele toda semana. Mas faço questão de resistir e de me impor. Faço questão de resistir e de me impor.

Então, quero agradecer à equipe, agradecer à SEPPIR, agradecer à Secretaria de Direitos Humanos, agradecer aos Ministérios, agradecer às assessorias, agradecer à *TV Câmara*, agradecer aos assessores que nós já nominamos aqui e ao Presidente, que confiou a mim, uma Deputada inexperiente, uma relatoria tão importante como essa. Quero agradecer ao Deputado Jean Wyllys, agradecer ao Deputado Luiz Couto, agradecer ao Deputado Bebeto, ao Deputado Edson, com todas as diferenças dele, no que elas pesem, mas, vamos fazer justiça, foi um Deputado atuante na Comissão, que acompanhou as diligências, esteve presente nos Estados.

Quero agradecer ao Deputado Major Olimpio, ainda que se posicione de forma contrária. Isso é a democracia do País. Agradeço a Glauber, que fez uma fala tão bonita aqui, e espero poder representar tudo que ele disse aqui. Agradeço ao Deputado Éder, ao Deputado Adelmo, essa figura doce que também está aqui pela primeira vez. Somo-me ao senhor. Também estou aqui pela primeira. Quero agradecer ao Deputado Paulão, e à sua esposa também, que, de forma carinhosa, sempre nos acolheu muito bem no seu Estado. Quero agradecer ao Deputado Jorge, que, como Deputado, médico e homem negro, também superou todas as adversidades. E agradeço ao Deputado Luiz Couto, e a todos de que eu já falei.

Podemos até perder, por um momento, a luta, mas não perdemos a batalha. Nós vamos estar aqui, posicionando-nos de uma forma firme, porque eu posso até não ter muita experiência, mas a gente tem firmeza naquilo que faz e diz. E eu quero agradecer o apoio, mais uma vez, ao meu Presidente. Espero que possamos aprovar essa Comissão, aprovar o relatório e seguir crendo que vamos um dia ver essas injustiças sociais todas findadas, terminadas com o trabalho que aqui nós desenvolvemos com muita bravura e dedicação.

Sr. Presidente, muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Também quero agradecer à Deputada Relatora Rosangela Gomes a dedicação, a lealdade e o excelente trabalho, inclusive sendo ousada ao reconhecer que a redução da maioria penal vai criminalizar os negros cada vez mais, independentemente da sua posição partidária, não é? Às vezes a gente toma posições partidárias. Nós que somos do PT — não é, Deputados Adelmo e Paulão? —, nós sabemos que tomamos muitas posições, nos últimos tempos, mais partidárias do que pessoais (*risos*), lamentavelmente.

Mas quero agradecer, porque se a CPI também não reconhece que de fato a redução vai criminalizar mais os negros, isso é um posicionamento pessoal nosso, e não das cinco centenas de negros e movimentos que nós ouvimos pelo Brasil, não é? Todos são contra. Geralmente é assim: se for branco, é a favor; não todos, não vamos generalizar, porque nós somos um pouco tanto brancos quanto negros, mas a maioria dos negros são extremamente contrários, não é? Então, nesse sentido, quero aqui parabenizá-la por essa ousadia.

Também acho que há ousadia em reconhecer que é um genocídio, porque a partir da aprovação desse reconhecimento nós já decidimos ir à OEA e fazer outros movimentos em todos os órgãos do Brasil, e construir políticas. Não basta só reconhecer. Dos planos nacionais, estaduais, municipais, eu espero que a gente vire militante, e eu quero assumir este compromisso aqui. E quando eu pego uma bandeira... E vários aqui que eu conheço. O Deputado Dr. Jorge Silva esteve conosco por 4 anos na Comissão Especial de Combate às Drogas, não é? Militou e presidiu, depois, os projetos da Comissão, o Programa *Crack é Possível Vencer*. O próprio Deputado Adelmo, que eu conheço, é um militante histórico da saúde. Paulão, todos os que estão aqui, Rosangela, nós vamos ter de trabalhar muito, para que a gente possa construir uma estratégia de políticas públicas para romper esse racismo institucional e simbólico de não se universalizarem as oportunidades para os mais pobres e para os negros.

Então, nós vamos ter muito trabalho pela frente, senão o projeto que a gente propõe, ousado... Alguém hoje me perguntou: “*Mas matam-se 70 jovens para 100 mil; você está propondo um dígito; como é que você vai criminalizar, responsabilizar os gestores?*” Ora, nós temos de fazer esse pacto republicano com todos, porque às



vezes não é o Estado que mata. Há uma banalização da vida, há uma cultura da violência. Como é que nós vamos pactuar? Mas nós pactuamos tantas políticas e, sempre que foram feitos, os pactos republicanos deram certo.

Eu acredito em um novo diálogo, em uma política por território, não é, Deputado Paulão? Lá em Maceió o senhor sabe onde vão acontecer os homicídios nos finais de semana, não é? Só falta o nome e o CPF, porque a cor, a idade, todos nós já sabemos, o sexo, a rua, o bairro. Então, nós temos de ter inteligência e ser capazes de implantar um projeto em 10 anos, para que a gente possa preservar aproximadamente 600 mil vidas.

Às vezes a gente fala em 600 mil vidas e parece pouco — não é? — para o Brasil. São 600 mil vidas! Não é estatística. São famílias, mães, mulheres, avós. Repete-se o ciclo da pobreza, porque na verdade essas mulheres e seus filhos ficam abandonados, perdem um ente tão importante, perdem a presença masculina, porque 93% são assassinados. Esses perderam a vida física, e as mulheres são duplamente vítimas, porque continuam sem o ente querido e com as consequências de um país violento.

Então, nesse sentido, eu quero aqui agradecer o carinho e também a confiança de todos os Deputados desta Comissão. Todos participaram. Eu acho que precisamos construir nestes últimos dias, até terça-feira, um consenso, a maioria da Comissão, para aprovarmos o relatório de V.Exa., Deputada Rosangela Gomes — é evidente que ainda colhendo algumas sugestões. Eu acho que ainda é possível avançar para outros pontos.

Por exemplo, creio que deveríamos entrar com outro tópico para pelo menos reconhecer que o modelo de guerra às drogas está falido. O que vai se propor no lugar cabe ao Parlamento discutir. Eu acho que ele também é parte da violência contra o jovem. Falo do modelo de guerra às drogas, esse modelo ostensivo de polícia, que invade periferia, sai atirando, mata inocentes e aumenta o encarceramento dos nossos jovens. Isso foi reconhecido em várias audiências, em todas as que nós realizamos, começando pelo Rio de Janeiro, pelo Morro do Alemão. Quem reconheceu isso foi o Chefe de Gabinete do Comandante da Polícia Militar. Ele falou: *“A essência é que nós temos que admitir, o Brasil adotou o modelo norte-americano de guerra às drogas, de 1970, que está falido”*. O Deputado Paulão



narrou aqui a última entrevista do José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, reconhecendo que esse modelo faliu. O próprio país, os Estados Unidos, já reconheceu que o Plano Colombo gastou trilhões e não resolveu.

Então, acho que precisaríamos colocar um artigo de reconhecimento. Eu já fui derrotado uma vez neste Parlamento, porque queria tipificar quem é usuário e quem é traficante, pois, na minha opinião, o Legislativo, ao não tipificar, só despenalizar, deixa que esse ato discricionário seja do delegado que faz o TCO e do juiz, que geralmente é assim: negro é traficante e branco é usuário. É assim que ocorre. É evidente, então, que isso precisa ficar registrado como um desafio futuro. Deve entrar, nos planos nacionais e estaduais daqui para a frente, esse reconhecimento.

Como segundo ponto, dando uma contribuição, eu acho também, Deputada Rosângela, que nós precisamos relatar, em pelo menos uns quatro parágrafos, o fato de que a mídia também é responsável pela morte simbólica dos negros. Poderíamos pegar várias frases que mostram a violação de direitos em relação aos negros.

Quero deixar essas duas contribuições para V.Exa. analisar com a Consultoria, ver se é possível colher como voto complementar, para que possamos sinalizar e reforçar, cada vez mais, como o racismo está institucionalizado e como de fato há racismo em relação aos nossos jovens negros e pobres.

Antes de encerrar, e agradecendo também a todos os consultores, eu quero convocar uma reunião para a próxima quinta-feira, dia 9 de junho, às 9h30min, para discussão do relatório. Não vou convocar para votação, porque, acredito, vai depender se haverá duas sessões. Teria que haver sessão extraordinária no dia de hoje. Mas, também, nós queremos dar mais tempo para que possamos melhorar o texto, avançar mais. Então, nós vamos convocar reunião de votação para terça-feira que vem, às 14h30min. Mas antes nós realizaremos, eu quero convocar, a nossa audiência pública em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul — será diligência pela manhã e audiência pública à tarde — no dia 10, sexta-feira. Também convoco audiência pública em Recife, Pernambuco, que já estava marcada, de amanhã e à tarde, diligência e audiência pública, dia 13, e, ainda, reunião para votação do relatório final, dia 14, às 14h30min, aqui, na Câmara dos Deputados, em plenário ainda a definir.



Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados nossos trabalhos.

Muito obrigado.